



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO DENOMINADA
INER-PB GESTORA DE USINAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS S/A**

Aos xx dias do mês de xxxxxx de xxxx, às 00:00 horas, na Rua Cecília Bonilha, 145 – Vila Bonilha – Pirituba – São Paulo – CEP 02919-000, Estado de São Paulo, conforme convocação feita através de e-mail e confirmada por telefone reuniu-se os acionistas fundadores da Sociedade anônima de capital fechado denominada **INER-PB GERENCIADORA DE USINAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS S/A**.

DA PRESENÇA: Se fez presente a maioria dos Acionistas Fundadores da sociedade representando sua totalidade dos subscritores do Capital Social integralizado, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

DA CONVOCAÇÃO: Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76.

DOS ACIONISTAS:

UF	MUNICÍPIO	ACIONISTAS FUNDADORES INER-PB GESTORA DE USINAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS S/A
PB	João Pessoa	Aluísio Batista Dantas
PB	Lucena	Ana Bia Batista
SP	São Paulo	Antonio Gaspar Soeiro de Faria
SP	Limeira	Axo Comercial Aço Eireli
PR	Curitiba	Carlos Alberto Mendes
DF	Brasília	Confederação do Elo Social Brasil
PB	João Pessoa	Daniele Sales Batista
PB	João Pessoa	Danielle Medeiros Lucena
DF	Recanto das Emas	Fábio José Graciano Gonçalves

DA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL PELOS ACIONISTAS FUNDADORES: Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, subscrição e integralização das ações pelos acionistas fundadores conforme segue:

ACIONISTAS FUNDADORES INER-PB GESTORA DE USINAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS S/A
Aluísio Batista Dantas
Ana Bia Batista
Antonio Gaspar Soeiro de Faria
Axo Comercial Aço Eireli
Carlos Alberto Mendes
Confederação do Elo Social Brasil
Daniele Sales Batista
Danielle Medeiros Lucena
Fábio José Graciano Gonçalves
Instituto Nacional Elogistica Reversa
Jomateleno Dos Santos Teixeira
Loíde Estides Rodrigues Faria de Souza
Manoel Faria de Souza Júnior
Marcio Baptistel
Metalúrgica C.E. Ltda
Paloma de Medeiros Dantas
Roberto Dimas Campos

DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E REMUNERAÇÃO: Por unanimidade foram eleitos, para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria da companhia: **Fábio José Graciano Gonçalves**, como Diretor Presidente e **Jomateleno dos Santos Teixeira**, como Diretor Superintendente, os quais aceitaram os cargos.

DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA: Por votação unânime a assembleia decidiu que o valor de remuneração de diretores fica suspenso até o efetivo início das atividades, quando se deverá realizar uma assembleia específica para fixação da remuneração global anual da Diretoria.

DO CONSELHO FISCAL: Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim permitem.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DA DIRETORIA: Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

DO REGIMENTO INTERNO: Assembleia Geral aprova na íntegra o Regimento Interno da Companhia que fica fazendo parte integrante da Ata de Constituição.

DO CÓDIGO DE ÉTICA: Assembleia Geral aprova na íntegra o Código de Ética da Companhia que fica fazendo parte integrante da Ata de Constituição.

DO TERMO DE POSSE DA DIRETORIA:

Os diretores e ora eleitos são empossados neste ato e declaram, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas.

Declaram ainda, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinadas e rubricadas em suas as 03 (três) vias de igual teor para uma só forma de direito.

Paraíba, de de 2021.

Fábio José Graciano Gonçalves
Diretor presidente

Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas fundadores presentes.

municípios Borborema, Serraria, Dona Inês, Araruna, Riachão, Tacima, Pilões, Pilõezinhos e Caiçara; 01 (uma) localizada no município de **Solânea** e que irá também receber o lixo dos municípios Areia, Remigio, Cacimba de Dentro, Casserengue e Arara; 01 (uma) localizado no município de **Queimadas** e que irá também receber o lixo dos municípios Caturité, Boqueirão, Alcantil, Gurjao, Boa Vista, Cabaceiras, Barra de São Miguel e Riacho de Santo Antônio; 01 (uma) localizado no município de **Aroeiras** e que irá também receber o lixo dos municípios Natuba, Umbuzeiro, Gado Bravo, Itatuba, Fagundes, Barra de Santana e Santa Cecília; 01 (uma) localizado no município de **Picuí** e que irá também receber o lixo dos municípios Cuité, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Damião, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Sossego e Algodão de Jandaira; 01 (uma) localizado no município de **Monteiro** e que irá também receber o lixo dos municípios Serra Branca, Sumé, Camalaú, São João do Cariri, Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Amparo, Prata, Coxixola, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Ouro Velho, Zabelê e Santo André; 01 (uma) localizado no município de **Itaporanga** e que irá também receber o lixo dos municípios Piancó, Olho D'água, Igaracy, Santana dos Garrotes, Aguiar, Pedra Branca, Emas, Catingueira, Imaculada e Água Branca; 01 (uma) localizado no município de **Princesa Isabel** e que irá também receber o lixo dos municípios Manaíra, Juru, Tavares, São José de Princesa, Curral Velho, Boa Ventura, Diamante, Nova Olinda, Santana de Mangueira e Ibiara; 01 (uma) localizado no município de **São José de Piranhas** e que irá também receber o lixo dos municípios Conceição, Santa Inês, Bonito de Santa Fé, São José de Caiana, Serra Grande, Monte Horebe, Carrapateira, Nazarezinho, São José da Lagoa Tapada, Cachoeira dos Índios e Bom Jesus. Cada CTT Simples esta preparada para atender uma população média de 100.000 habitantes.

b) Três (03) Usinas tipo CTT's Duplo- Centro de Traslado e Triagem a serem edificadas cada um em uma área de 10.010m², sendo linhas dupla, com capacidade para processar duzentas toneladas de Resíduos Sólidos orgânicos por dia em expediente normal e duzentos e sessenta toneladas dias em caso de funcionamento em dois turnos atendendo e distribuídos da seguinte forma: 01 (uma) localizada no município de **Lagoa Seca** que irá também receber o lixo dos municípios Massaranduba, Puxinarã, São Sebastião de Lagoa de Roça, Pocinhos, Rachão do Bacamarte, Matinhas, Serra Redonda, Areal, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Esperança, Alagoinha e Montadas; 01 (uma) localizada no município de **Pombal** que irá também receber o lixo dos municípios de São Domingos, Cajazeirinhas, Paulista, Vista Serrana, São Bentinho, Condado, Malta, Coremas, Mato Grosso, Aparecida, São Francisco, Jericó, Lagoa, Catolé da Rocha, Belém do Brejo do Cruz, São José do Brejo da Cruz, Brejo da Cruz, São Bento, Riacho dos Cavalos, Brejo dos Santos e Bom Sucesso; 01 (uma) localizada no município de **Santa Luzia** que irá também receber o lixo dos municípios Quixaba, Cacimba de Areia, São José do Sabugi, Areia de Baraúmas, Passagem, Desterro, São José de Espinharas, Santa Teresinha, Mãe D'água, São José do Bonfim, Maturéia, Texeira, Cacimbas e Patos. Cada CTT Duplo esta preparado para atender uma média de 200.000 habitantes.

c) Uma (01) Usinas tipo CTT's Duplo Conjugados 2 (Dois CTTs Duplos no mesmo terreno) Centro de Traspordo e Triagem a serem edificadas em uma área de 17.160m², linha dupla, com capacidade para processar quatrocentas toneladas de Resíduos Sólidos orgânicos por dia em expediente normal e quinhentos e sessenta toneladas dias em caso de funcionamento em dois turnos, localizado na Cidade de **Souza** e que irá também receber o lixo dos municípios Santa Cruz, Lastro, Vieirópolis, Marizópolis, Cajazeiras, Uiraúna, São João do Rio do Peixe, Santa Helena, Joca Claudino, Triunfo, Poço de José de Moura, Bernardino Batista, Poço Dantas, atendendo uma população prevista de 400.000 habitantes.

d) Um (01) Usina tipo CTT's Duplo CJ3- Centro de Traspordo e Triagem a ser edificada em uma área de 25.025m², sendo três (03) Ctt's linhas dupla, com capacidade para processar seiscentas toneladas de Resíduos Sólidos orgânicos por dia em expediente normal e setecentas e sessenta toneladas dias em caso de funcionamento em dois turnos, localizada no Município de **Soledade** e que irá também receber o lixo dos municípios Assunção, Taperoá Juazeirinho, Seridó, Olivedos, Cubati, Junco do Seridó, Livramento, Tenório, Salgadinho, São José dos Cordeiros, Parari, e Campina Grande. O CTT Cj3 atende uma população prevista de 600.000 habitantes.

e) Um (01) Complexo com 8 (oito) CTTs Duplos, edificados e instalados em uma área de 91.000m², dentro do CTF de **Sape**, com capacidade de processar 1.600 toneladas de resíduos sólidos orgânicos por dia e irá também receber o lixo dos municípios João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Lucena, Sapé, Mari, Cruz do Espírito Santo, Mamanguape, Baía da Traição, Marcação, Mataraca, Rio Tinto, Itabaiana, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Taipu, Sobrado e Pedras de Fogo, podendo atender uma população prevista de 1.600.000 habitantes.

f) Dois (02) CTF - Centros de Transformação Final de Resíduos Sólida (RSU, RSS, RCC e RSI) a ser edificada em área variando de 35.000m² a 400.000m², 01 (uma) instalada no município de **Sapé** e 01 (uma) instalada no município de **Soledade**, cada qual abrigará a unidade administrativa e poderá abrigar as plantas a seguir:

- IRH - Incineração de Resíduos Hospitalares, unidade que irá receber todo o lixo hospitalar, incluindo clínicas, pet shop, consultórios, laboratórios, postos de saúde, entre outros estabelecimentos de saúde.

- UBA - Unidade de Beneficiamento de Alumínio com a função é receber todo o tipo de alumínio selecionado nos CTTs, com essa unidade iremos derreter o alumínio e entregar para a indústria já em lingotes, aumentando o valor agregado do produto, trazendo mais rentabilidade ao empresário.

- UCA - Unidade de Cremação de Pequenos Animais, apta a atender todo o mercado de Pet, Clínicas Veterinárias e particulares. O valor que as prefeituras irão pagar para destinação dos Resíduos Sólidos orgânicos contempla o envio dos animais de pequeno porte para serem cremados.

- UGE - Unidade de Geração de Energia, receber todo o CDR produzido pelo CTTs e pelas cooperativas do Sistema Cooperlner, transformando-os em energia elétrica ou combustíveis através de diversas modalidades de tecnologias.
- UPA - Unidade de Produção de Adubos através de Bio Digestão Produtora de Adubo e Gás, responsável pelo recebimento de todo o CDR produzido pelos CTTs que depois de triturados e peneirados libera a parte não orgânica para geração de energia e transforma a parte orgânica em adubo líquido ou pastoso com aproveitamento ainda do gás gerado pelo processo de Bio Digestão.
- UPB - Unidade de Produção de Briquetes advinda da produção das COOPERINERs os quais irá separar madeira de primeira e de segunda que serão trituradas e após serão enviado para Unidade Produção de Briquetes.
- UPE - Unidade de Processamento de Eletrônicos receberá das COOPERINERs que é responsável pela triagem feitas no material advindo dos produtos eletrônicos vindo dos pontos de coleta que após a retirada das riquezas possíveis, sendo que a UPE que se encarregará a dar a destinação final.
- UPP - Unidade de Processamento de Pneus é responsável pelo recebimento de todo os pneus da região. Os pneus após a retirada do aço são triturados e o material poderá ser vendido em forma de pó ou utilizado para produção de inúmeros produtos.
- UTV - Unidade de Transformação de Vidros, responsável pelo recebimento e transformação em matéria prima de todo o vidro enviado pelos CTTs, COOPERINERs e do sistema DESMANCHECAR.
- UTC - Unidade de Tratamento do Chorume captado pelos caminhões coletores e durante o processo nos CTTs, como também todo material decorrente das lavagens de caminhões coletores e transportadores.
- URP – Unidade de Recuperação de Passivo, responsável pela recuperação de áreas degradadas por seu uso como lixões e aterros sanitários, o que será feito através de tecnologia de recuperação de solo com aproveitamento energético.

g) Dez (10) COOPEINERs Cooperativas de Trabalho do Sistema INER a ser edificadas em terrenos de 10.000m² com concessão municipal, construídas através dos próprios cooperados em sistema de mutirão, e contarão com a sessão de uso de alguns de seus equipamentos. (que fique esclarecido que a INER-PB S/A, não gerenciará as cooperativas, nem irá trabalhar com mão de obra de cooperados, apenas irão ceder equipamentos para cumprir na integra seu projeto denominado “Lixo Zero Social 10” que determinados resíduos sólidos, como eletrônicos e moveleiros, não podem ser recebidos pelas usinas INER, além de que a lei determina que se de uma ocupação para os atuais catadores).

h) Do Compromisso Social: por força do programa “Lixo Zero Social 10” empresa INER-PB – S/A, construirá e entregará totalmente mobiliado as sedes a seguir relacionadas, ficando claro que os valores de tal investimento já esta contemplado no custo individual de cada usina do tipo CTT – Centro de Transbordo e Triagem totalizando a entrega de 29 (vinte e nove) Unidades do Projeto Social do Cidadão.

Art. 4º. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E DAS DEBÊNTURES:

Art. 5º. O capital social é de R\$ 369.759.544,00 (trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, indivisíveis em relação à sociedade. Sendo que no Ato da Constituição da Companhia foi integralizado o montante de R\$ 48.030,00, (quarenta e oito mil e trinta reais) correspondente a 48.030, (quarenta e oito mil e trinta) ações, ficando o saldo de R\$ 369.711.514,00 (trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e onze mil e quinhentos e quatorze reais) a ser integralizados no prazo de 5 anos.

§ 1º A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º Limitando-se esta emissão até o que se atinja o total do capital social a integralizar.

As ações, os títulos múltiplos, ou, as cautelas serão controladas no livro próprio de ações nominativas e quando emitidas, serão assinadas por 2 (dois) diretores ou, por um diretor e um procurador especialmente constituído para esse fim, na forma da lei e deste estatuto.

§ 3º A companhia poderá, também, emitir debêntures conversíveis, ou não, em ações e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado, os quais também serão controlados no livro próprio, e quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) diretores, observando o disposto no Capítulo V da Lei nº 6.404/76.

§ 4º A companhia a qualquer tempo poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais.

Art. 6º. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Art. 7º. A transferência de ações ordinárias, a qualquer título, gratuita ou onerosamente, a acionista ou a terceiros, obedecerá às normas previstas neste artigo como segue:

a) aos acionistas é assegurada a preferência na aquisição de ações, na proporção do capital de cada um;

b) o acionista que pretender alienar suas ações ou parte delas deverá comunicar a diretoria da companhia por e-mail, com aviso de recebimento e está dará ciência também por e-mail com aviso de recebimento aos demais acionistas, da disponibilização para vendas de suas ações, transmitindo-lhe as informações referentes à quantidade de ações, preço e condições de pagamento;

Parágrafo único: para fins de evitarmos uma morosidade no processo de comercialização de ações, fica decidido que todos os acionistas quando da aquisição das ações, devem fornecer e-mail oficial a ser lançado no banco de dados e a cada vez que substituir seu e-mail deverá imediatamente informar através de carta registrada a direção da companhia e sendo assim todos os comunicados passam a ser por e-mail, não podendo os acionistas alegar desconhecimento.

c) os demais acionistas terão 60 (sessenta) dias de prazo, a contar do recebimento do e-mail carta mencionada na letra "b" deste artigo, para

manifestar, também por carta com aviso de recebimento, seu interesse na aquisição das ações postas à venda;

d) no caso de um ou mais acionistas não pretenderem exercer o seu direito de preferência, tal direito será dos demais acionistas, na proporção do capital de cada um;

e) se os acionistas não manifestarem interesse dentro do prazo pela aquisição das ações disponibilizadas, terá ele o direito de transferi-las a um terceiro.

Art. 8º. – Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, sendo de 60 (sessenta) dias o prazo para o exercício desse direito, contados da data da assembleia que o deliberou.

§ Único - Havendo desistência expressa ou decurso do prazo referido no caput deste artigo, a preferência para subscrição das ações correspondentes será transferida aos demais acionistas, observada a proporcionalidade do capital subscrito.

Art. 9º. A companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento.

Art. 10. Enquanto não estiver totalmente integralizado o capital subscrito da companhia, a responsabilidade dos acionistas fica limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, conforme preceitua o artigo 1º da Lei 6.404/76.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

Art. 11. A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, assim designados: Diretor Presidente e Diretor Superintendente, para um período de 03 (três) anos e cujos mandatos terminarão sempre na assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício da sua gestão.

§ 1º. Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado e assinado pelo respectivo diretor no livro de “Atas das reuniões da Diretoria” independentemente de qualquer caução, ou garantia de sua gestão.

§ 2º. Os Diretores poderão receber remuneração, a título de pró-labore, o qual será fixado anualmente pela assembleia geral ordinária, considerando a responsabilidade e o tempo exigido pelo cargo, competência e reputação do profissional eleito.

§ 3º. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor será escolhido, dentre os remanescentes, um para assumir temporariamente as atribuições do Diretor ausente.

§ 4º. Ocorrendo renúncia, morte ou incapacidade superveniente de qualquer diretor, será convocada imediatamente uma assembleia geral extraordinária, cabendo a esta prover o cargo.

Art. 12. À Diretoria caberá a prática dos atos próprios de gestão, desde que destinados ao funcionamento regular da sociedade e ao cumprimento de seu objeto social, em estrita obediência aos deveres e funções contemplados na lei e no estatuto social.

§ 1º. Os atos próprios da sociedade, e não restritos ao setor específico de cada Diretoria, que acarretarem responsabilidade para a sociedade, dependem da assinatura de dois diretores, sendo um deles o Diretor Superintendente.

§ 2º. As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos diretores obrigam a sociedade quando praticados no exercício das funções estatutárias e em concordância com a lei.

§ 3º. Respondem os diretores pessoalmente pelos atos praticados com exorbitância de poderes, ou contrariamente à lei e aos interesses da sociedade, ou com má-fé.

§ 4º. A diretoria se reunirá todas as vezes que for necessário ou conveniente, lavrando-se atas de suas deliberações no livro competente.

Art. 13. A representação ativa e passiva da sociedade, nos atos de gestão ordinária dos negócios sociais, será exercida em conjunto pelo Diretor Superintendente e mais um diretor.

§ 1º. A diretoria poderá constituir procuradores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto o judicial, que poderá ser por prazo em que permanecer a diretoria. (mandados judiciais, devem ser renovados a cada vez que houver mudança de diretores)

§ 2º. Os instrumentos de mandato outorgados pela sociedade serão sempre assinados pelos dois membros da diretoria, sendo um deles o Diretor Superintendente.

Art. 14. Ao Diretor Presidente compete os poderes e atribuições fixados por este estatuto e pela lei, especialmente:

- a) definir os planos gerais da política administrativa e financeira da sociedade;
- b) convocar e presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria.
- c) ordenar o levantamento de balancete mensal, e com base neste deliberar com os demais diretores sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, tudo dentro do limite legal;
- d) firmar as cautelas de debêntures, quando emitidas;
- e) alienar, onerar ou hipotecar, gravar ou dar em garantia bens sociais;

Art. 15. Ao Diretor Superintendente compete praticar os mesmos atos do Diretor Presidente quando este estiver ocasional, eventualmente ausente ou impedido, ou ainda, quando comunicar que se ausentará e, efetivamente, ausentar-se por um período não ocasional ou eventual, onde nestes casos deverá, no comunicado, convocar o Diretor presidente para assumir o seu cargo e ainda:

- a) definir e implementar a política comercial da empresa;
- b) a representação geral da sociedade, em juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, observadas as normas deste Estatuto e a legislação pertinente;
- c) manter-se permanentemente informado sobre o mercado para os produtos da empresa e sua tendência;
- d) acompanhar as práticas da concorrência a fim de estabelecer bases para sua política comercial;
- e) receber citação ou intimação em processos judiciais ou procedimentos administrativos;
- f) admitir e demitir funcionários;
- g) emissão de ações da companhia.

Art. 16. Compete ainda ao Diretor Superintendente assinando em conjunto com outro Diretor:

- a) firmar contratos de financiamento com entidades bancárias como também de investimentos, de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade sem limite;
- b) endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia;
- c) constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula adjudicia e a extra, bem como os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação;
- d) firmar compromissos e contratos, inclusive os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços;
- e) elaboração de Termos de Securitização, e a respectiva prestação de informações aos órgãos competentes;
- f) assinar atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, compra e venda de ações e quotas sem limite;
- g) firmar correspondência guia para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a Repartições e Autarquias Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bancos e instituições, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais ou procedimentos administrativos de qualquer natureza;
- h) abrir, movimentar ou encerrar contas-corrente junto às instituições financeiras, públicas ou privadas, emitir e endossar cheques, notas promissórias, ou títulos de crédito, descontar duplicatas, cheque ou títulos;
- i) ordenar pagamentos, requerer saldos, extratos, talões de cheques, autorizar ou ordenar aplicações financeiras, ordenar títulos de créditos para protesto, autorizar débitos em contas bancárias;
- j) representar a empresa perante empresas de fornecimento de água, luz, telefone, bem como em reuniões de condomínio e sindicatos;
- k) ordenar títulos de créditos para protesto;
- l) assinar cartas de anuência para cancelamentos de protestos;
- m) receber valores e dar quitações;
- n) assinar todos e quaisquer documentos, públicos ou particulares.

Art. 17. É vedado aos diretores dar fianças ou avais em nome da sociedade e em nome próprio, de modo a favorecer terceiros, em negócios que lhe sejam alheios.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL:

Art. 18. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, os quais exercerão seus cargos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após sua eleição, podendo ser reeleitos.

Art. 19. O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente funcionará quando a Assembleia Geral Ordinária assim decidir, ou a pedido dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 161 da Lei nº 6.404/76.

Art. 20. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere, além das atribuições que eventualmente forem estabelecidas pela Assembleia Geral.

Art. 21. Os membros efetivos do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração no período em que instalado, estejam no efetivo exercício da função.

Art. 22. No impedimento de qualquer dos membros efetivos do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente mais votado e em caso de empate, pelo mais idoso.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL:

Art. 23. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras; discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; e eleger membros da Diretoria, quando for o caso.

Art. 24. A Assembleia Geral será extraordinariamente instalada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Art. 25. A Assembleia geral será instalada por convocação do Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Diretor, e será dirigida por um Presidente aclamado entre os presentes, o qual escolherá o Secretário.

Art. 26. As resoluções da Assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a Lei exigir maioria qualificada.

Art. 27. A convocação da Assembleia Geral será feita na forma prevista no art. 294 inciso I da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS:

Art. 28. O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando no dia 31 do mês de dezembro de cada ano.

Art. 29. Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da sociedade, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos.

§ 1º. A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, bem como juros sobre capital próprio.

§ 2º. A qualquer tempo, a Assembleia geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral.

Art. 30. Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 1º. O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas neste estatuto e em lei, serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, bem como poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas do capital integralizado exceder 30% (trinta por cento) do capital social integralizado;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, pagável no prazo de 60 (Sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da Assembleia geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado;
- c) O saldo ficará a disposição da Assembleia Geral, convocada para decidir sobre a sua respectiva destinação.

§ 2º. Não havendo oposição de qualquer acionista presente à Assembleia geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro.

CAPÍTULO VII – DA ASSESSORIA EMPRESARIAL:

Art. 31 A implantação do Sistema INER de resíduos sólidos através do projeto denominado “Lixo Zero Social 10”, foi uma iniciativa da CESB – Confederação do Elo Social Brasil em face da aprovação da Lei nº 12.305/10 que criou uma forma que permite de cumprir a referida lei na íntegra, através dos setores públicos e privados que para isto iniciou no ano de 2.016 um trabalho de logística através de um plano de resíduos sólidos que dividiu os estados em regionais de modo a tornar viável a implantação de usinas de tratamento de resíduos sólidos.

Ao longo dos últimos anos firmou-se parceria com assessores empresariais que se coligaram para concluir várias demandas que passamos a relatar:

- a) Estudos localizados sobre a composição regional do lixo do estado.
- b) Mapeamento de lixões a céu aberto e de aterros sanitários com relatórios sobre a situação em que se encontra.
- c) Notificação sobre a implantação do projeto de todas as autoridades municipais, estaduais e Ministério Público.
- d) Apresentação do projeto “lixo zero social 10” para todas as autoridades municipais e estaduais.
- e) Criação de diretorias estaduais para implantação do programa denominado Social do cidadão.
- f) Criação das Comissões de Catadores para implantação das cooperativas do sistema INER, denominadas COOPERINERs.
- g) Desenvolvimento de material didático para ministração de cursos de restauração de móveis, decoração e tapeçaria, para catadores e assim poder profissionalizá-los dando-lhes condições de integrarem as COOPERINERs, cooperativas de trabalho do sistema INER, projeto “Lixo zero Social 10”.

Parágrafo Único: A assembleia geral de criação da INER-PB - Gerenciadora de Usinas de Resíduos Sólidos S/A, reconhece o trabalho de Assessoria Empresarial feito pelos diretores da CESB – Confederação do Elo Social Brasil e se compromete através de debêntures a ser emitidos a remunerá-los no momento oportuno.

CAPÍTULO VIII - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE:

Art. 32. A liquidação, dissolução e extinção da sociedade se procederão em obediência aos termos da lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

§ 1º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

§ 2º. O liquidante poderá ser destituído por Assembleia Geral a qualquer tempo.

§ 3º. A Assembleia Geral poderá solicitar a instalação do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

Art. 33. - As questões omissas nos estatutos serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76 e demais legislações em vigor. E, depois de tudo lido, compreendido e aceito, conforme se verifica na ata de constituição que faz parte integrante deste estatuto, os acionistas fundadores, acompanhados do advogado e das testemunhas, firmam o presente instrumento em quatro vias, de igual teor e forma.

Fábio José Graciano Gonçalves
Diretor presidente